



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS**

JOSÉ DE ARIMATÉIA TAVARES

**LIBRAS NAS LICENCIATURAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA: ENSINO E INCLUSÃO COMO
PROPOSTA DE CURRÍCULO ACADÊMICO**

**POMBAL
2020**

JOSÉ DE ARIMATÉIA TAVARES

**LIBRAS NAS LICENCIATURAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA: ENSINO E INCLUSÃO COMO
PROPOSTA DE CURRÍCULO ACADÊMICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Especialização em
Libras-EaD do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos,
como requisito para a obtenção do título de
Especialista em Libras.

Orientadora: Profa. Msc. Priscilla Andrade
Souza Nogueira

**POMBAL
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE PATOS/IFPB

T2311 Tavares, José de Arimatéia

Libras nas licenciaturas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba: ensino e inclusão como proposta de currículo acadêmico/ José de Arimatéia Tavares. - Patos, 2021.

40 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.

Orientadora: Profª. Msc. Priscilla Andrade Souza Nogueira

1. Libras 2. Ensino 3. Inclusão 4. Curso de licenciatura
I. Título.

CDU – 881.221.24

JOSÉ DE ARIMATÉIA TAVARES

**LIBRAS NAS LICENCIATURAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA: ENSINO E INCLUSÃO COMO
PROPOSTA DE CURRÍCULO ACADÊMICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora, do Instituto de Educação,
Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), para
obtenção do título de Especialista em Libras.

Patos, 22 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. M Sc. Priscilla Andrade Souza Nogueira - Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Profa. Dra. Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Profa. Dra. Liane Velloso Leitão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Grande Arquiteto do Universo, pela proteção e benevolência em todos os momentos de minha vida;

A minha esposa Francisca, pelo carinho e companheirismo;

Ao corpo docente do IFPB, pela oportunidade propiciada para adquirir novos conhecimentos;

A minha orientadora, Prof.^a Priscilla, pelo apoio permanente na condução deste trabalho.

RESUMO

A Libras, enquanto sistema linguístico, é o principal meio de comunicação dos surdos no Brasil, com elementos estruturais, sintáticos e gramaticais no âmbito da expressividade e interação social do povo surdo brasileiro. A presente pesquisa traz considerações sobre o ensino e aprendizagem da Libras, enquanto componente curricular obrigatório nos cursos de licenciatura, tendo como modelo de análise os Cursos Superiores de Licenciatura em Letras e Curso Superior de Licenciatura em Computação e Informática, ambos EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, com foco na proposta didático-pedagógica enquanto política de inclusão escolar. Em uma abordagem qualitativa, analisa-se com este trabalho, o contexto didático-pedagógico oriundo dos planos de ensino da Libras em cursos de áreas distintas, pela funcionalidade pragmática de aprendizagem inclusiva, ressaltando a limitação caracterizada na distribuição da carga horária estipulada na matriz curricular dos cursos analisados. Trata-se de uma revisão narrativa amparada em fontes documentais e bibliográficas de acesso público, apresentando os elementos estruturais e metodológicos do processo de ensino e aprendizagem elencados nos respectivos planos de ensino, buscando um posicionamento reflexivo sobre a proposta acadêmica de inclusão, apresentando os entraves deste processo em decorrência da limitação de sua oferta na estrutura curricular dos cursos analisados. Configura-se também como subsídio teórico para uma provável reformulação institucional desta estrutura, pela possível ampliação da oferta da componente nos cursos analisados, tomando como base a otimização deste aprendizado em todos os cursos de licenciatura.

Palavras-chave: Libras. Ensino. Inclusão. Cursos de Licenciatura,

ABSTRACT

Libras, as a linguistic system, is the main means of communication for the deaf in Brazil, with structural, syntactic and grammatical elements within the scope of the expressiveness and social interaction of the Brazilian deaf people. This research brings considerations about the teaching and learning of Libras, as a mandatory curricular component in the licenciante courses, having as a model of analysis the Higher Courses in Literature and Higher Education in Computing and Informatics, both Distance Education, from the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba - IFPB, focusing on the didactic-pedagogical proposal as a school inclusion policy. In a qualitative approach, this work analyzes the didactic-pedagogical context arising from Libras' teaching plans in courses in different areas, due to the pragmatic functionality of inclusive learning, highlighting the limitation characterized in the distribution of the stipulated workload in the curricular matrix of the courses analyzed. It is a narrative review supported by documentary and bibliographic sources of public access, presenting the structural and methodological elements of the teaching and learning process listed in the respective teaching plans, seeking a reflective positioning on the academic proposal of inclusion, presenting the obstacles of this process due to the limitation of its offer in the curricular structure of the analyzed courses. It is also configured as a theoretical subsidy for a probable institutional reformulation of this structure, due to the possible expansion of the component's offer in the courses analyzed, based on the optimization of this learning in all licenciante courses.

Keywords: Libras. Teaching. Inclusion. Licenciante courses.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CSL	Curso Superior de Licenciatura
EaD	Educação a Distância
FIC	Formação Inicial e Continuada
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NTIC	Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação
PcD	Pessoa com Deficiência
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE ABREVIATURAS

art.	Artigo
L1	Primeira língua do surdo
L2	Segunda língua do surdo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 Geral	10
1.1.2 Específicos	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	12
2.2 O ENSINO DE LIBRAS: CONCEPÇÕES SOBRE A SUA PRÁXIS	15
2.3 A LIBRAS NO CONTEXTO ACADÊMICO DO IFPB	18
2.3.1 A Libras enquanto componente curricular no IFPB: o foco nas licenciaturas	20
3 MÉTODOS	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31
ANEXO A - Plano Curricular da Libras - CSL em Letras	34
ANEXO B - Plano Curricular da Libras - CSL em Computação e Informática	37
ANEXO C - Plano Curricular da Libras II - CSL em Computação e Informática	40

1 INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é regulamentada pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, documento que determina as regras de difusão e institucionalização da Libras como uma língua onde seus elementos “constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil” (BRASIL, 2002, p. 1).

A partir desta regulamentação, tornam-se necessárias medidas de aplicação desta lei nos mais diversos segmentos da sociedade, pois este paradigma comunicativo passou a ser inserido como política pública de inclusão e consolidação da cidadania e autonomia da comunidade surda brasileira, articulando-se assim com o sistema de ensino público e privado, em consonância com o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentando a referida Lei, colocando o ensino da Libras nos Cursos de Fonoaudiologia e de Magistério de nível médio e superior de acordo com as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Ao prover um aparato oficial de inclusão na regulamentação do ensino da Libras, são necessários ajustes e tomadas de decisões que tenham como premissa a efetiva consolidação de sua aplicação e funcionalidade. Assim, surgem preocupações quanto à real prática de inclusão a ser estabelecida neste ensino, já que a língua oficial dos surdos brasileiros passa a ser reconhecida com todas as suas características morfológicas, estruturais e funcionais, além de seu papel social, cultural e identitário.

A presente pesquisa traz uma reflexão sobre a proposta de ensino e aprendizagem da Libras em cursos superiores de licenciatura no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), analisando a estrutura curricular determinada como parâmetro de aprendizagem inclusiva no contexto escolar, relacionando seus elementos constitutivos à política oficial de inclusão dos surdos, enquanto proposta funcional desta consolidação.

Desta forma, é realizada uma revisão da literatura, conduzida pelo viés qualitativo, sobre a práxis do ensino da componente curricular Libras nos cursos superiores de licenciatura, em nível de graduação, ofertados no IFPB, tomando como base de amostragem os currículos estabelecidos para o Curso Superior de Licenciatura (CSL) em Letras e CSL em Computação e Informática, ambos na modalidade de Educação a Distância - EaD, utilizando-se de subsídios teóricos, institucionais e bibliográficos na investigação dos respectivos planos de ensino.

A pesquisa consiste em um trabalho de caráter documental a partir da coleta de informações primárias elencadas na legislação pertinente, como também documentos regimentais e institucionais que norteiam o programa curricular da Libras, apresentando os parâmetros delineadores elencados no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para a oferta da componente curricular nos cursos analisados.

A problemática investigada diz respeito ao efetivo processo de inclusão proposto pelo ensino da Libras, já que trabalhos na área apontam entraves quanto sua eficácia, dentre os quais podemos elencar considerações acerca do aprendizado desta língua por parte do aluno surdo (SANTANA, 2016), como também o propósito de sua funcionalidade enquanto política de inclusão e autonomia deste sujeito (GIROTO; MARTINS; LIMA, 2016). Surge então a inquietação do pesquisador em saber qual a dimensão local destes entraves na adequação dos conteúdos ao seu propósito final.

Conduzimos este trabalho partindo da historicidade da língua de sinais, para então nos aprofundarmos na revisão da literatura sobre o processo de ensino e aprendizagem da Libras, numa condução das análises sobre a proposta pedagógica apresentada nos documentos regimentais dos cursos analisados

Diante dessas considerações, propõe-se uma investigação sistematizada da política inclusiva do ensino de Libras na formação de professores, ouvintes ou não, inseridos nas esferas comunicativas de ensino, tomando como premissa o tripé categorizado no currículo acadêmico: O que ensinar? Como ensinar? Para que ensinar?

Assim, apresentamos os objetivos geral e específicos norteadores do estudo em questão.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

- Analisar a proposta de aprendizagem funcional e inclusiva da Libras nos Cursos Superiores: Licenciatura em Letras e Computação e Informática – EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, pela perspectiva didática, pedagógica e metodológica de seus planos de ensino.

1.1.2 Específicos

- Apresentar a contextualização histórica e contextual do ensino da língua de sinais;
- Refletir sobre as diretrizes pedagógicas do ensino da Libras enquanto mecanismo para o aprendizado da língua de comunicação e expressão do surdo brasileiro, dentro da perspectiva da autonomia e cidadania;
- Analisar a exequibilidade de uma proposta ampla de ensino e aprendizagem, enquanto política de inclusão escolar dos surdos, advinda da estrutura curricular da Libras no ementário concebido para os cursos de Licenciatura em Letras e Computação e Informática, do IFPB, modalidade EaD.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

A proposta desta pesquisa, pautada na análise da inclusão escolar de pessoas surdas por meio da práxis do ensino da Libras nos cursos de licenciaturas do IFPB, traz para o cerne da discussão questionamentos sobre as diretrizes teórico-metodológicas determinantes no processo de ensino e aprendizagem do referido componente curricular, em de sua configuração estrutural, didática e pedagógica.

Para tanto, é necessário uma referenciação teórica relacionada ao ensino da Libras na perspectiva da inclusão escolar da pessoa surda, conquistada pela autonomia da aprendizagem do seu conhecimento linguístico, ressaltando que o efeito inclusivo se pauta por uma formação adequada daqueles que têm como trabalho, a execução de tal tarefa.

Desta forma, têm-se na concepção teórico-metodológica e na formação docente, parâmetros de investigação amparados tecnicamente por publicações relacionadas aos campos de atuação e reflexão, pois o princípio da inclusão escolar encontra respaldo na legislação específica, concebida oficialmente como instrumento de orientação e diretrizes para a elaboração de técnicas e atitudes planejadas para e efetividade das políticas igualitárias de inclusão (BRASIL, 2005), independentes de sua condição social, intelectual ou fisiológica.

Neste contexto, podemos mencionar a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que trata da institucionalização da Libras como “meio legal de comunicação e expressão” (BRASIL, 2002), regulamentada pelo Dec. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que preconiza subsídios prescritivos, como estabelece o art. 3º:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005, p.1).

Nesta proposta, têm-se as considerações preliminares que norteiam o presente estudo, amparadas por referências documentais e bibliográficas que sustentam de forma criteriosa, o viés investigativo a ser estabelecido como critério de análise: o efeito pragmático da inclusão escolar pelo ensino da Libras em cursos de formação de professores, por meio de seus currículos, em consonância com as diretrizes estabelecidas na legislação específica.

De início, é feita uma abordagem do ensino da Libras pela perspectiva histórica da educação inclusiva, bem como da educação de surdos, a partir da revisão bibliográfica embasada nas concepções de Skliar (2011) e Castro Júnior (2015), apontando o percurso em que se constituiu a educação de surdos, em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Oliveira e Figueiredo (2017) trazem essa abordagem da educação de surdos nas etapas da metodologia de ensino:

O resgate histórico educacional situa os surdos em um contexto marcado fortemente por considerações distorcidas acerca de sua incapacidade de ouvir, oriunda, a princípio, das relações médicas, enxergando-os como alguém que tem uma patologia que necessita ser corrigida e consertada (OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2017, p. 174).

Percebe-se aí o critério segregacional na concepção da educação de surdos, tema que permeia toda a formação desta política, constituindo assim um ponto de relevância nas discussões direcionadas ao entendimento desta conjuntura.

Além dos documentos oficiais como os já citados, a exemplo da própria Constituição Federal de 1988, nos capítulos inerentes aos direitos individuais e sociais como base da materialização destas conquistas, Giroto, Martins e Lima (2016) tratam o ensino da Libras nos cursos superiores como conquistas adquiridas a partir da Declaração de Jontiem (1990) e Declaração de Salamanca (1994), documentos elaborados com a finalidade de estabelecer políticas e direitos de educação para todos, como também educação inclusiva a todos os públicos.

Assim, as autoras traçam um panorama da inserção da Libras no ensino superior, produzindo um embasamento teórico sobre a aplicação dos respectivos planos de ensino em diversos cursos, o que em nível dos cursos analisados na pesquisa, oferece o direcionamento para as análises da proposta inclusiva do respectivo ementário.

São importantes para o desenvolvimento da pesquisa, subsídios que tragam postulados analíticos sobre a práxis no ensino de línguas para pessoas surdas, especificamente no caso da Libras, relacionando as competências a serem alcançadas a partir de consultas às ementas disponibilizadas, como também considerações sobre trabalhos publicados acerca do tema, numa revisão da literatura, considerando o que afirma Klein e Santos (2015):

Verificamos que essas produções analisam: a legislação enquanto política que obriga a inserção da disciplina no Ensino Superior; os currículos a partir de planos de ensino das disciplinas; as implicações da disciplina na formação de professores para atuarem com alunos surdos na inclusão; a formação do professor de Libras no Ensino Superior; os materiais didáticos para a disciplina de Libras. São efervescentes os discursos em torno da disciplina de Libras, produzindo significados

sobre os surdos, sua língua e sua educação e efeitos nos próprios currículos da disciplina (KLEIN; SANTOS, p. 9-10).

Essas observações medeiam a concepção inclusiva que se pretende alcançar na preparação de educadores aptos à formação de pessoas, incluídas aí pessoas surdas no seu âmbito pleno do direito ao conhecimento e autonomia de identidade, conforme pontua Lacerda (2006).

Numa perspectiva dinâmica e multifacetada, Sampaio e Sampaio (2009) explanam o processo de inclusão numa ótica mais abrangente de oportunidades oferecidas pela escola, pois “priorizar a qualidade do ensino regular é um desafio que precisa ser assumido por nossa sociedade e pelos educadores, [...] para que se coloque em prática o princípio democrático da educação para todos” (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009, p. 31).

É relevante uma argumentação sobre inclusão do surdo no ensino superior, onde Santana (2016) faz um levantamento dos dados deste processo, colocando as questões inerentes ao contexto escolar a partir do olhar dos sujeitos envolvidos, destacando a efetividade conceptual da inclusão enquanto política pública. A partir desta teorização, se procura embasar no trabalho a real condição de inserção do surdo na seara do conhecimento proporcionado pelo ensino desenvolvido nas licenciaturas.

Concebe-se desta forma uma abordagem reflexiva sobre as práticas docentes no trato com o aluno surdo, apresentando um ponto de vista criterioso do ensino bilíngue, mas voltado prioritariamente para o estabelecimento das ações pedagógicas da língua de sinais em seu caráter visuo-espacial e a aquisição da Libras, o que temos em Barboza, Campello, Castro e Silveira, (2015) considerações sobre a importância da formação do professor na atuação em Libras, permitindo “a comunicação direta e os diálogos claros com a confiabilidade requerida por parte destes alunos. Esse profissional começa a se inserir na cultura surda e a conhecer um mundo diferente do que está acostumado” (BARBOZA; CAMPELLO; CASTRO; SILVEIRA, 2015, p. 195).

Tal colocação coaduna com a perspectiva de uma relação pragmática no ensino da Libras como preparação para o trabalho de inclusão escolar, inferido em seus documentos pedagógicos (PPCs), na tentativa de uma efetiva política educacional igualitária para todos os alunos.

Nesta proposta de investigação, busca-se no material bibliográfico um substrato que referencie as análises metodológicas da proposta inclusiva do ensino da Libras na discussão das ações educacionais assistivas no âmbito da comunidade surda, cumprindo assim as

diretrizes universais de assistência educacional, conforme documento do Ministério da Educação regulatório das políticas inclusivas:

...a partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas” (BRASIL, 2008, p. 01).

Há de ressaltar que na análise das propostas de ensino do componente curricular, se faz necessário o entendimento sobre o funcionamento da Libras em sua estrutura e organização, o que Lodi, Rosa e Almeida (2012); Quadros, Karnopp (2004); Karnopp (2005) descrevem aspectos da aquisição da língua de sinais e sua funcionalidade na cultura surda.

Tais postulados trazem considerações relevantes para o trabalho com a Libras em sua aplicação funcional, apontando caminhos da atuação pragmática desenvolvida no processo didático-pedagógico, conforme as proposições estabelecidas na próxima seção.

2.2 O ENSINO DE LIBRAS: CONCEPÇÕES SOBRE A SUA PRÁXIS

A Libras é o sistema linguístico oficial das pessoas surdas no Brasil, estabelecida por marcos regulatórios que a instituíram como meio de comunicação e expressão das comunidades onde seus membros são destituídos do sentido da audição, acarretando limitações quanto sua forma de interação comunicativa, prevalecendo o uso das experiências visuais e gestuais, como mecanismo de expressão (BRASIL, 2005).

Sua configuração é estruturada por características morfológicas, sintáticas e semânticas, delimitadas em um parâmetro gramatical específico que visa garantir seu uso e disseminação de acordo com regras e pressupostos adequados a uma comunicação através de signos visuo-motores, com elementos e arranjos formais próprios.

Assim, prevalece a interpretação subjetiva do surdo em sua interação com o meio social, independente de qual agrupamento este indivíduo se encontre, pois “os Surdos organizam-se politicamente, convivem com ouvintes e com outros surdos, produzindo uma cultura surda” (CASTRO JÚNIOR, 2015, p. 15, grifo do autor).

É por meio da convivência em sociedade que as comunidades surdas adquirem os elementos reacionários que lhes possibilitam estabelecer sua cultura, permitindo assim uma forma de autonomia e desenvolvimento cognitivo, interagindo dentro de uma esfera comunicativa própria, no caso a língua de sinais, como Castro Júnior (2015) observa:

Nota-se, no caso dos Surdos, que o sistema simbólico e de caráter essencialmente semiótico utilizado está pautado nas línguas de sinais, sistema que se utiliza da visão e do espaço para estabelecer interações sociais, diferentemente do sistema dos ouvintes, que o fazem utilizando-se dos canais oral e auditivo. A língua de sinais é um artefato cultural carregado de significação social sendo assim uma das especificidades mais importantes da manifestação e produção da cultura surda (CASTRO JÚNIOR, 2015, p.16).

Assim, temos um sistema linguístico articulado com sua intencionalidade e funcionalidade relacional, onde os anseios e realidades advindos da cultura surda requerem sua idealização em qualquer esfera da sociedade, sendo necessária a concepção de uma estruturação discursiva bastante ampla e dinâmica, por meio de artefatos semióticos em relação com a linguagem verbal e oral, pois de acordo com Skliar (2011), a convivência em sociedade produz os efeitos culturais próprios das comunidades surdas, caracterizando assim o pluralismo de ideias advindo das chamadas identidades surdas.

A aquisição da língua de sinais por parte da comunidade surda tem um percurso histórico e conceitual marcado por momentos de discriminação e tecnicismo dominante quanto a sua forma de aprendizagem, oriundo de um contexto predominantemente ouvinte, colocando o indivíduo surdo a mercê de parâmetros comprovadamente opressores, pois ao longo dos anos se estabeleceu que:

Na constituição social do surdo, há uma forte presença da visão do ouvinte que resultou em leituras marcadas por muitos estereótipos, pois foram construídos através da imposição da sociedade dominante, traçados por representações sociais que ditam o povo surdo como seres deficientes (OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2017, p. 174).

Nesta perspectiva, é relevante ressaltar o caráter discriminatório por que foi concebida a língua de sinais, uma vez que teorias autoritárias tomaram corpo como paradigmas estabelecidos no processo de interação com o povo surdo, partindo do princípio do oralismo, onde a cultura ouvinte se propunha a conduzir o surdo ao processo da comunicação oral pela técnica de leitura labial, em um caráter terapêutico persistente, sendo que este mecanismo “desconsiderava as línguas de sinais como línguas naturais de comunicação e expressão do sujeito surdo, bem como sua identificação com essa língua na construção de sua identidade linguística e sociocultural.” (OLIVEIRA; FIGUEIREDO, 2017, p. 175)

De acordo com Skliar (2011), esta pragmática é oriunda das discussões emanadas do Congresso de Milão em 1880, como uma nova doutrinação na educação de surdos, nova no sentido de um marco regulatório neste processo, mas arraigada em posicionamentos e concepções antigas que verticalizaram o ensino desta língua em pensamentos e ideologias terapêuticas com finalidades corretivas.

Na trajetória educacional dos surdos, destacamos momentos de transição a partir do movimento oralista, sendo que o oralismo, implantado como filosofia metodológica e restauradora de aprendizagem da língua oral para surdos, cedeu espaço para uma nova concepção de aprendizagem baseada na comunicação total, técnica amparada na utilização de diversos recursos linguísticos inclusive com a língua de sinais e o alfabeto manual. Este movimento se estabeleceu por volta da década de 1960, constituindo-se em técnica de utilização mista dos recursos, principalmente o uso da língua portuguesa em consonância com a sinalização, ou conforme Strobel (2009), um método baseado no bimodalismo, que trouxe problemas de sintaxe, principalmente pelas diferenças entre as duas línguas.

Ao relativizar a hegemonia do oralismo, a comunicação total já antecipava o projeto de consolidação das identidades surdas pelo estabelecimento de um movimento cultural em que a organização comunitária se faz mais forte, mais sobressalente sobre o poderio cultural dominante:

Anular o passado e requerer o presente se mostrou como artefato cultural para os surdos. Um passado imerso na obrigação de serem ouvintes e, em função disto, aceitar que os outros fizessem a sua história, os dominassem, se tornou a marca mais deprimente (PERLIN; STROBEL, 2014, p.20).

Isto significa que a própria trajetória da educação de surdos se encarrega de delimitar os momentos significativos das conquistas destes indivíduos, por sua própria condição de ser e estar no mundo, conduzindo a uma sistematização de aprendizagem e autonomia pelo reconhecimento de uma língua funcional, assim denominada sua forma de ver o mundo e nele se expressar.

Pode-se com isto antever o sentido bilateral das relações dentro das comunidades surdas, uma vez que o contato e troca de experiências entre sujeitos com anseios afins possibilita o reconhecimento e a necessidade de novos conhecimentos, o que num ambiente ouvinte não seria possível plenamente (SKLIAR, 2011).

Surge então, a partir dos anos 1980, um movimento em escala mundial reivindicando o bilinguismo (LODI; ROSA; ALMEIDA, 2012), sistema de aprendizagem em que a língua de sinais de qualquer país que o adote seja a principal língua utilizada pelo surdo, numa forma de consolidá-la como sistema linguístico estruturado.

Trazendo para o caso brasileiro, é a partir de 1990 que a Libras toma a devida relevância, talvez pela influência dos movimentos mundiais ligados à causa educacional, como a Declaração de Jontiem (1990), com o lema basilar de que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro” (p.03),

unindo-se à Declaração de Salamanca (1994), que “demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional” (p. 01).

Assim, a Libras passa a ser a língua oficial dos surdos no Brasil, sendo a Língua Portuguesa a segunda língua, utilizada na escrita. É relevante destacar que o sistema educacional deve proporcionar o seu ensino como uma metodologia assegurada por uma regulamentação oficial, a exemplo da Lei 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto 5.626/2005.

Em decorrência de tais ações o bilinguismo se estabelece sobre o viés de política pública educacional para os surdos, direcionando este fenômeno para a consolidação de um projeto de inclusão, com vistas à cidadania e dignidade. Por isto, a autonomia das identidades surdas sempre será mediada pelo tecnicismo a ser empregado no sistema de aprendizagem, caracterizando uma via bilateral onde de um lado está o educador, influenciado por sua formação e do outro lado está o surdo, com seus anseios e suas relações socioculturais decorrentes de sua característica fisiológica e psicológica.

Sendo assim, neste contexto, é relevante a análise sobre o currículo da componente curricular Libras no IFPB, na perspectiva de um plano didático que traga a intencionalidade inclusiva e funcional inerente às políticas de inclusão escolar de educação assistiva a pessoas com surdez.

2.3 A LIBRAS NO CONTEXTO ACADÊMICO DO IFPB

O IFPB tem atuação acadêmica em todo o Estado da Paraíba, em seus 21 campi, distribuídos nas mesorregiões administrativas do estado, englobando desde a Zona da Mata, se estendendo pelo Agreste, Borborema e Sertão Paraibano, com foco na oferta de uma educação baseada em princípios da pluralidade de atuação e eficiência didático-pedagógica, com fulcro nos postulados institucionais preconizados no § 2º, art. 2º de seu Regimento Geral:

...uma instituição de educação básica, superior e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, contemplando os aspectos humanísticos nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas nos termos da lei e deste estatuto (IFPB, 2018, p. 22).

Assim, amparado nas diretrizes oficiais que regulam a oferta de uma educação inclusiva ao alcance de todos, é oferecido um ensino pautado em mecanismos didáticos e pedagógicos baseados nas políticas de ação que assegurem “a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208, C.F.)¹.

Neste contexto, a instituição oportuniza às pessoas com deficiência (PcD), condições de ingresso e permanência em seus cursos, com o apoio necessário às atividades acadêmicas, disponibilizado pelo material estrutural ou humano, ajustando-se às diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em sua competência norteadora, como podemos conferir no seguinte trecho:

...assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão.... (BRASIL, 2008, p. 14).

A partir desta premissa, o aluno surdo no IFPB é sujeito destas ações assistenciais, através de uma metodologia de ensino inclusivo em diversos programas, além do foco na aprendizagem obrigatória da Libras no âmbito dos seus cursos de licenciatura, como também em caráter opcional no demais cursos superiores, numa oferta contínua desta componente curricular

Destacam-se no ambiente institucional, ações com vistas ao uso e disseminação da Libras na comunicação com os surdos, seja pelo apoio de intérpretes desta língua, com atuação regulamentada pela Resolução-CS/IFPB n° 38, de 19 de dezembro de 2018, como também a ofertas de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), destinados à comunidade externa, visando o contato prévio com a Libras.

Tal componente curricular, se apresenta como obrigatória nos cursos de licenciatura, atendendo ao disposto no Decreto 5.626/2005, priorizando a educação bilíngue, onde “a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo” (BRASIL, 2005). Assim, é providencial que o surdo possa ter contato com estas línguas como subsídio enriquecedor para seu aprendizado, conforme observação de Costa e Lacerda (2015):

¹ Constituição Federal: art. 208, em consonância com os artigos 3º, 205 e 206.

Nesse contexto, há um movimento para o reconhecimento da importância da Libras no processo de educação dos surdos e busca-se levar os futuros professores (alunos de licenciaturas) a conhecer em alguma medida essa língua, procurando favorecer o atendimento educacional que prestarão aos alunos surdos. A implementação da disciplina de Libras nos cursos de licenciaturas pode fortalecer a inclusão escolar desses alunos (COSTA; LACERDA, 2015, p. 760).

Nesta perspectiva, os cursos superiores de licenciatura do IFPB oferecem a componente curricular Libras sob o viés da formação de agentes que atuam no contexto das políticas de inclusão do aluno surdo, trazendo em seus planos didáticos os conteúdos e procedimentos metodológicos quanto ao uso da língua de sinais enquanto sistema linguístico com função de aprendizado e interação social. Cabe a partir deste paradigma, refletir sobre a efetiva contribuição destes procedimentos quanto à execução das diretrizes consolidadas no respectivo currículo.

2.3.1 A Libras enquanto componente curricular no IFPB: o foco nas licenciaturas

Os cursos superiores de licenciatura do IFPB apresentam uma proposta de ensino da Libras mediada por diretrizes curriculares relacionadas com o aprendizado estruturado dos elementos constitutivos da língua de sinais, visando seu pleno conhecimento por parte da comunidade escolar. Relevante destacar essa proposta, pela crescente demanda no atendimento dos alunos surdos, como se observa nas considerações abaixo:

A necessidade de conhecimento da Libras por parte dos professores é corroborada pelo crescente aumento de alunos surdos no ensino regular, desde a educação infantil ao ensino superior, o que estabelece o enfrentamento das condições de acesso e permanência estudantil (GIROTO; MARTINS; LIMA, 2016, p. 04).

Assim, é importante o desenvolvimento desta proposta de ensino nos cursos de licenciatura do IFPB, ressaltando o caráter cognitivo e funcional da aprendizagem da Libras. Vale ressaltar que o processo de ensino e aprendizagem segue os documentos regulatórios da proposta pedagógica dos cursos envolvidos, principalmente os PPCs, onde são estabelecidos os pontos de caracterização e finalidade de cada curso, elencando sua constituição, justificativa, configuração acadêmica e estrutural, assim como sua composição curricular e seus respectivos ementários, elementos norteadores na condução da proposta didática e acadêmica.

Tomando como ponto de partida o CSL em Letras, modalidade Ead, destacamos seu plano de ensino, pautado nos conhecimentos linguísticos inseridos na área das Ciências

Humanas, engajado no objetivo institucional mais amplo da EaD pela “formação de profissionais capazes de atuar como docentes na educação básica em suas localidades, já que a modalidade possibilita alcançar realidades distantes e diversas das dos grandes centros populacionais” (IFPB, 2017, p. 23).

Sendo este o objetivo central da oferta do CSL em Letras, é necessário o arranjo estrutural da matriz curricular, estabelecido nas metodologias e elementos conteudistas de cada componente curricular, ancorados na funcionalidade cognitiva de apoio à formação de professores com “conhecimento teórico-prático, no âmbito da Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas e culturas [...] com capacidade de contribuir para a melhoria da educação por meio de uma maior compreensão da realidade social” (IFPB, 2017, p.28).

Como objeto de estudo desta pesquisa, a estrutura curricular do CSL em Letras traz a configuração de um plano de ensino da Libras² que contempla os elementos básicos do conhecimento desta língua, onde o princípio basilar desta aprendizagem se concentra em “conceitos básicos no estudo da Língua de Sinais, para a comunicação no cotidiano com o surdo. Recepção e emissão da Língua de Sinais” (IFPB, 2017, p.217).

O segundo curso pesquisado, o CSL em Computação e Informática, também oferecido na modalidade EaD, apresenta um plano didático atrelado ao ensino voltado para o mundo tecnológico e globalizado, onde recursos tecnológicos se apresentam no contexto social de forma ampla e extremamente dinâmica, pois educadores e educandos interagem por meios cada vez mais informatizados em seus atributos, conforme afirma seu PPC:

...qualificá-los e envolvê-los com o gerenciamento do processo de ensino e aprendizagem, bem como capacitá-los para a formação de cidadãos com competências e habilidades necessárias para conviver e prosperar em um mundo cada vez mais tecnológico e global, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento econômico e social do nosso país (IFPB, 2019, p. 32).

Neste contexto, há de se pensar um currículo pedagógico que, além dos conhecimentos inerentes à área da Informática, contemple também a aprendizagem da Libras, na perspectiva igualitária e inclusiva do surdo neste campo de atuação.

² Cf. Anexo A

3 MÉTODOS

A presente pesquisa foi conduzida pelo critério analítico, através do método de revisão narrativa da literatura inerente ao tema, trazendo as contribuições de: Costa e Lacerda (2015), Domanovski e Vassão (2016), Giroto, Martins e Lima (2016), Klein e Santos (2015), com colocações teóricas relacionadas ao ensino da Libras no contexto acadêmico, ressaltando a temática da cultura e identidade surda pontuadas por Castro Júnior (2015), Karnop (2005), Perlin e Strobel (2014), Skliar (2011).

Pelo seu caráter investigativo e analítico, pode-se classificar a presente pesquisa pelo viés exploratório, trazendo uma análise das diretrizes curriculares em âmbito geral e específico, relacionando a problematização da efetiva prática inclusiva à dimensão pragmática proposta no currículo da componente curricular Libras dentro dos cursos analisados.

Tomando como suporte as considerações emanadas da legislação específica de uso e disseminação da referida língua de sinais, a exemplo da própria Lei 10.436/02 e o Decreto 5.626/05, além de outros, procedeu-se um levantamento documental pautado em publicações oficiais relativas às diretrizes e conteúdos pedagógicos do CSL em Letras (IFPB, 2017), assim como do CSL em Informática (IFPB, 2019), com ênfase no critério analítico do processo de inclusão escolar proposto nos respectivos documentos.

Destaque para busca em fontes confiáveis, que se pautam por critérios rigorosos na escolha do acervo, com acesso estruturado, a exemplo do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em suas bases de dados, como também documentos de acesso público disponíveis na página institucional do IFPB, estabelecendo uma revisão analítica da literatura sobre o tema em estudo.

Ressalte-se o caráter analítico e imparcial da investigação, abstendo-se de qualquer juízo de valor acerca dos resultados apresentados, quanto à subjetividade operacional dos cursos relatados na pesquisa. O critério de análise do trabalho proposto se restringe especificamente à revisão narrativa dos elementos documentais e bibliográficos utilizados.

Nesta perspectiva, o trabalho é pontuado inicialmente nas colocações gerais, para então se ater em suas especificidades constituintes, pelo método dedutivo de estudo, teorizado nas considerações de Lakatos e Marconi (2003):

É a análise que vai permitir observar os componentes de um conjunto, perceber suas possíveis relações, ou seja, passar de uma idéia-chave para um conjunto de idéias mais específicas, passar à generalização e, finalmente, à crítica (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.28).

Desta forma, é posto em prática um plano de execução determinado inicialmente pelo contato prévio com o material de consulta referente ao tema, pautado na busca às fontes que abordam a problemática da inclusão escolar dos surdos, relatada em Lacerda, (2006); Perlin e Strobel, (2014), assim como a relação com o ensino da Libras em cursos superiores conforme Santana, (2016); Klein e Santos, (2015), e por conseguinte, às diretrizes estabelecidas nos planos de ensino dos cursos de licenciatura no âmbito do IFPB (2017; 2019).

Para a realização desta pesquisa, optamos por analisar o CSL em Letras, como também o CSL em Computação e Informática, ofertados na modalidade EaD, apresentando as considerações sobre suas organizações curriculares, como também sobre seus conteúdos pedagógicos inseridos na perspectiva do aprendizado da Libras em sua funcionalidade cognitiva e inclusiva.

O CSL em Letras, na modalidade da EaD é ofertado pelo IFPB com uma carga horária mínima de integralização de 3240 horas, composta por 2640 horas de disciplinas, 400 horas de estágio curricular obrigatório e 200 horas de atividades integradoras, contando com uma carga horária mínima de 60 horas de disciplinas opcionais (IFPB, 2017). Sua proposta didático-pedagógica ampara-se no contexto da aprendizagem em escala dinâmica, de forma ampla, levando-se em consideração a metodologia empregada para uma “democratização do acesso ao ensino superior, tendo em vista o potencial de alcance, não apenas geográfico mas também de perfis diversificados do alunado, desta modalidade.” (IFPB, 2017, p. 42)

No tocante ao CSL em Computação e Informática - EaD temos uma carga horária mínima de 3510 horas, distribuídas em 2790 horas de disciplinas, sendo exigido o mínimo de 120 horas de carga horária de disciplinas opcionais, 400 horas de estágio curricular obrigatório, 200 horas de atividades complementares e 120 horas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Com uma metodologia de ensino pontuada pela educação a distância, possui uma matriz onde a “estrutura curricular construída para o curso abrange as disciplinas nas dimensões acadêmica, profissional e de pesquisa, desenvolvendo uma prática sistemática de acompanhamento e de avaliação.” (IFPB, 2019, p.42)

Os planos de ensino do CSL em Letras (Anexo A) e CSL em Computação e Informática (Anexo B), ambos na modalidade de Ensino a Distância, foram selecionados entre onze cursos de licenciatura ofertados na Instituição, sem identificação do respectivo Campus de oferta, delimitando as discussões especificamente às propostas pedagógicas e didáticas dos cursos selecionados em sua área de formação e inclusão.

A análise curricular do CSL em Letras é amparada nos elementos constitutivos do seu plano didático pedagógico, apresentando a estruturação da Libras enquanto componente

obrigatória oferecida no 6º período da matriz curricular, relacionando seu conteúdo ao propósito de aprendizagem. No tocante ao CSL em Computação e Informática, seguiu-se o mesmo procedimento de análise, acrescentando as considerações sobre a disciplina Libras II, ofertada opcionalmente como um complemento aos conteúdos programáticos da Libras, obrigatórios no 9º período.

Como subsídio de análise, é observada a relevância da estrutura curricular desta disciplina em ambos os cursos, principalmente pela distribuição de sua carga horária nas respectivas matrizes, tomando como aporte o parâmetro de uma carga horária mínima para o ensino de línguas, em que legislações da década de 1960 (parecer 283/62 do Conselho Federal de Educação-CFE), apontam uma regulamentação de 360 horas mínimas para o ensino de línguas estrangeiras, a exemplo da língua inglesa nos cursos de letras de Instituições de Ensino Superior, modelo que ainda prevalece na maioria destas (PAIVA, 2003).

Busca-se com tais posicionamentos um embasamento teórico que traga ponderações criteriosas do assunto a ser investigado, permitindo assim pautar o trabalho na construção analítica amparada em referenciais técnicos e científicos. Assim, é elaborado um texto crítico e reflexivo sobre o tema em estudo, compilando as ideias congruentes com a temática, expondo os contrapontos e apontando as possíveis causas e consequências dos problemas levantados.

Também é importante mencionar o comprometimento ético do trabalho desenvolvido, através do critério de isenção de qualquer juízo de valor quanto aos cursos estudados ou o desempenho de seus participantes, abstendo-se de ponderações que envolvam elementos subjetivos quanto ao aspecto individual ou coletivo destes atores.

As concepções observadas conduzem aos pontos de análise a serem elucidados e categorizados em suas partes relevantes, como demonstrado na próxima seção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente investigação foi subsidiada por dados acadêmicos e qualitativos relacionados aos planos de ensino estabelecidos nos PPC dos CSL em Letras e CSL em Computação e Informática, visto que estes têm como parâmetro, a política educacional tecnológica e humanística, norteadoras das ações concretas institucionais de ensino, pesquisa e extensão (IFPB, 2018).

Cada plano de ensino analisado mostra em sua conjuntura, a estrutura didática e pedagógica, as metodologias e os recursos disponíveis para atender as expectativas de aprendizagem em cada campo do conhecimento, constituindo um documento norteador para as propostas de ensino, baseadas em conceitos e diretrizes técnicas oriundas de resoluções e parâmetros oficiais que referenciam todo este processo.

A proposta curricular da componente Libras no CSL em Letras, como também no CSL em Computação e Informática, se baseia na metodologia de trabalho relacionada aos propósitos didático-pedagógicos dos cursos na modalidade EaD, onde os conhecimentos são trabalhados no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, com o uso de ferramentas de interação, em que se permite disponibilizar os conteúdos usando os recursos disponibilizados pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), indispensáveis ao contexto da EaD (IFPB, 2019).

Suas diretrizes curriculares concebem o ensino da Libras no contexto comunicativo, pela construção e compartilhamento dos conhecimentos através dos elementos históricos, contextuais e regulamentares, presentes na concepção da língua de sinais, relacionando-os aos requisitos exigidos na preparação de educadores que atuarão com um público diversificado, com sua cultura e seus anseios, como pontuado por Castro Júnior (2015).

Além da própria historicidade, o plano curricular da componente no CSL em Letras apresenta em sua conjuntura conteudista, a estrutura morfológica, gramatical e fonológica da Libras, onde se observa um percurso didático estruturado nos principais elementos constitutivos de um sistema linguístico condicionado aos artefatos comunicativos e pragmáticos de sua aplicação e uso funcional.

Desta forma, são elaboradas unidades de aprendizagem, distribuídas em tópicos pontuais para uma disciplina de 60 horas, oferecida no 6º período do Curso, com uma distribuição organizacional de seus elementos de estudo, demonstrada no quadro abaixo:

Quadro 1 - Plano de ensino de Libras no CSL em Letras - unidades de estudo

1 - História da Língua Brasileira de Sinais.	8 - Parâmetros fonológicos da Libras.
2 - Legislação e surdez	9 - Espacialidade em Libras
3 - Línguas de sinais: concepções inadequadas e o status de língua.	10 - Vocabulário relacionado ao contexto escolar
4 - Datilologia e saudações	11 - Verbos em Língua Brasileira de Sinais
5 - Numerais e calendário	12 - Aspectos morfológicos da Língua Brasileira de Sinais
6 - Pronomes pessoais, interrogativos e demonstrativos e advérbios de lugar.	13 - Adjetivos em Libras
7 - Aspectos culturais e sociais da Comunidade Surda.	

Fonte: IFPB. 2017, p. 217.

Tais unidades são segmentadas em subtópicos que formam uma estrutura organizada de aprendizagem, sistematizada nas etapas elaboradas gradativamente para cada unidade de conhecimento, constituindo-se num aprendizado segmentado em fases distintas, onde o foco de atuação se consolida na abordagem dos principais elementos da formação da Libras enquanto sistema linguístico estruturado. De acordo com Domanovski e Vassão (2016), é relevante frisar:

A língua de sinais é materna do surdo, porém ela não é universal, sofre variações de acordo com cada cultura. A língua de sinais possui estruturas gramaticais próprias, sendo ela composta por níveis linguísticos, o fonológico, morfológico, semântico e o sintático (DOMANOVSKI; VASSÃO, 2016, p. 10).

Pode-se inferir este arranjo curricular no CSL em Letras, levando-se em consideração as especificidades da Libras, dentro da própria realidade do conhecimento desta língua, uma vez que tais diretrizes procuram sintetizar os principais elementos constitutivos da comunicação dos surdos, contribuindo esta constituição com o tratado principal do ensino da Libras: interação social e valorização da cultura surda, onde é relevante frisar que "dentro da história cultural dos surdos há vários artefatos culturais como a experiência visual, a linguística, a literatura surda, a vida social e esportiva, as artes, políticas e outros" (PERLIN; STROBEL, 2014, p. 26).

No CSL em Computação e Informática, a referida componente curricular é ofertada, de forma obrigatória, no 8º período da matriz curricular. Também há a oferta da Libras II

como disciplina opcional, constituindo-se assim num complemento dos conhecimentos obrigatórios estipulados no plano de ensino. Tanto a oferta obrigatória como a opcional possuem 60 horas cada, sendo dividida em 20 horas práticas e 40 horas teóricas.

A proposta pedagógica da componente curricular Libras como disciplina obrigatória contempla os mesmos pressupostos e conteúdos pedagógicos e metodológicos aplicados no plano de ensino do CSL em Letras, inclusive com as mesmas divisões de unidades de conhecimento, diferenciando no sistema de aplicação em aulas práticas e teóricas com conteúdos “trabalhados por meio de: ferramentas de interação online” (IFPB, 2019, p. 276).

Chama atenção para o plano de ensino da componente “Libras II” (ANEXO C) enquanto disciplina opcional, onde é estabelecida uma proposta de aprendizagem mais rebuscada, com enfoque em práticas discursivas e contextuais. O conteúdo estabelecido ,traz uma estrutura delimitada nos seguintes pontos:

- Descrições complexas de contextos concretos e abstratos.
- Definição conceitual de termos.
- Argumentação: gerenciamento de razão e emoção. Soletração manual fluente.
- Narrativas como forma de argumentação.
- Exploração coesa e coerente do corpo e do espaço em textos argumentativos.
- Exploração de tópicos avançados no discurso.
- Exploração criativa de classificadores.
- Estratégias argumentativas. Prática como componente curricular. (IFPB, 2019, p. 293).

Essa configuração curricular da componente Libras II demonstra um conteúdo programático caracterizado pelo viés complementar aos conhecimentos propostos na componente Libras, de exigência obrigatória, abordando conhecimentos mais contextuais relacionados à própria comunicação em língua de sinais.

Podemos observar nas análises dos planos de ensino abordados que tanto no CSL em Letras, como no CSL em Computação e Informática, o processo de ensino e aprendizagem é mediado por conteúdos e procedimentos estruturados em elementos e princípios da comunicação em língua de sinais, delimitados dentro das matrizes curriculares de referência.

Assim, temos uma sistematização curricular ancorada em fatores como perfil, carga horária, público-alvo e finalidade dos respectivos cursos, em consonância com as próprias diretrizes institucionais que visam uma práxis acadêmica em sentido mais amplo de execução (IFPB, 2018).

Nesta perspectiva, importante mencionar Klein e Santos (2015), que colocam outras pesquisas na área, onde ilustram contextos pedagógicos semelhantes, em que a Libras é

trabalhada como uma componente curricular de extrema relevância nos cursos de licenciatura dentro do propósito inclusivo da pessoa surda, preconizado na obrigatoriedade do Decreto 5.626/2005. Entretanto é atribuído um currículo que embora procure apresentar uma estruturação voltada para esta regulamentação, há na configuração da proposta curricular uma acentuada limitação da carga horária estipulada.

Trazendo tal consideração para o foco de nossa pesquisa, é extremamente relevante esta reflexão, pois em ambos os cursos analisados, são propostos 60 horas obrigatórias para a referida componente em cada curso, apresentada aos discentes nos momentos de conclusão da carga horária total prevista, com destaque para complementação dos conhecimentos no CSL em Computação e Informática com a oferta opcional de Libras II, também com 60 horas.

Diante desta observação, percebe-se que por mais que o objetivo da componente esteja atrelado não só no aprendizado puro e simples da língua de sinais do surdo brasileiro, mas principalmente na condução de uma educação inclusiva, de cunho oficial, há certo descompasso entre o conteúdo estabelecido e seu tempo de execução e aplicação, o que caberia uma melhor reflexão sobre a ampliação da carga horária estabelecida, servindo de parâmetro o tempo mínimo estipulado no parecer 283/62 - CFE, ainda utilizado nos cursos de Letras.

Importante frisar que as diretrizes estabelecidas nos PPCs são elaboradas por equipes técnicas e multidisciplinares, com a participação de docentes, pedagogos, e demais profissionais ligados ao ensino, estruturado em um debate sólido, organizado de acordo com as propostas regulamentares e institucionais para cada curso criado.

Concernente ao plano curricular da Libras nos cursos de licenciatura, com base nos cursos analisados nesta pesquisa, cabe uma reflexão acerca de uma possível reestruturação na metodologia pedagógica do ensino desta Língua, onde o processo de formação de professores leve em consideração seu uso funcional para surdo, trabalhando sua estrutura e seus elementos de forma mais ampla ao longo de todos os períodos de aplicação nas matrizes curriculares propostas.

Assim, é notória a colocação de Skliar (2011) quando defende que o ensino da Libras, se consolida muito mais além de sua mera estruturação pedagógica e metodológica, sendo acima de tudo um direito pertencente às comunidades surdas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Libras é um meio de comunicação e expressão do surdo brasileiro, sendo um instrumento de relevante funcionalidade para que se possa conceber o verdadeiro processo de inclusão e cidadania desses indivíduos dotados de características intelectuais e emocionais.

É a partir desta concepção que se pode conceber este sistema linguístico na perspectiva de instrumento regulamentar de expressividade na comunidade surda, numa estrutura organizacional amparada por uma legislação oficial que garanta esse direito aos surdos, prioritariamente como língua oficial, amparada sua aprendizagem em paralelo com o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua de base escrita.

O ensino da Libras é um relevante aparato na condução de uma proposta inclusiva de aprendizagem, dando a oportunidade para que se consolide o aprendizado desta língua em uma esfera mais ampla e dinâmica, executada no processo de formação de educadores, numa interação dialógica entre surdos e ouvintes, dentro de um contexto de construção de sentidos e significados compartilhados.

Em decorrência deste fato, conclui-se nesta pesquisa, que o ensino da Libras no CSL em Letras e CSL em Computação e Informática, modalidade à distância, oferecido no IFPB é amparado em seus planos curriculares por uma perspectiva estrutural e funcional quanto ao uso da língua de sinais, elaborados dentro de regulamentações técnicas inerentes às políticas educacionais assistivas. Entretanto, apontamos para a necessidade de uma reestruturação na oferta do componente curricular, de maneira que se torne patente a sua manifestação ao longo da integralização das matrizes curriculares de referência.

Apresentamos a concepção da Libras enquanto componente curricular nos referidos cursos fundamentando-se nas considerações sobre sua historicidade, plano de ação e desenvolvimento de um ensino pautado pela premissa basilar da inclusão do surdo em seu contexto escolar, trazendo as reflexões sobre sua proposta de aprendizagem na formação de educadores que lidam com desafios constantes na preparação de uma educação igualitária para todos, apontando suas limitações e entraves para uma otimização mais ampla deste processo.

Desta forma, é concebido uma proposta curricular de aprendizagem dentro da práxis de uso da Libras, limitada porém pela carga horária condensada em um momento distinto no processo de integralização dos conteúdos estabelecidos em cada PPC, levando-se em

consideração o posicionamento de Paiva (2003) quanto à carga horária mínima sugerida em cursos de línguas, através de legislações passadas, mas presentes ainda em alguns cursos.

Não é objeto de estudo desta pesquisa, considerações sobre ações metodológicas deste processo, mas reflexões sobre os elementos constitucionais dos planos de ensino em sua função orientadora para o andamento do processo didático e pedagógico e seus efeitos práticos.

O que se pode inferir, é que a Instituição cumpre o mister de oferecer educação igualitária e linguística, atendendo aos requisitos oficiais de inclusão, entretanto no tocante ao ensino da Libras, poderia se pensar em uma ampliação de seu plano curricular, permitindo assim, maior contato e mais tempo com esta língua tão relevante nas relações sociais das comunidades surdas.

É possível constatar a possibilidade de um dinamismo maior neste procedimento, tomando como premissa que o ensino de Libras envolve relações dialógicas e interpessoais, seja na comunidade surda ou ouvinte. Não se esgotam aqui as proposições, mas podem-se vislumbrar novas concepções sobre a práxis metodológica de ensino, com novos estudos nesta seara, procurando enfocar alternativas dinâmicas de aprendizagem e uso funcional desta Língua.

Reforçamos que não cabe neste estudo nenhum juízo de valor sobre a metodologia empregada nos cursos apresentados, mas sim uma ponderação mais reflexiva, conforme as percepções das políticas educacionais em seu contexto atual de execução, principalmente pelo surdo dispor de uma língua funcional e autônoma que se consolide como um direito inalienável. Assim poderia se pensar na possibilidade de um contato mais expressivo dos alunos com a Libras nos cursos de formação de educadores, para que não seja meramente uma carga horária a ser cumprida.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, C. F. S.; SILVEIRA, L.C.; CAMPELLO, A.R.S; CASTRO, H.C. A importância da aprendizagem de Libras para a formação de professores bilíngues dentro de uma perspectiva inclusiva. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro: INES, jan.-jun. 2015, n. 43, p. 192-218. ISSN 0103-7669. Disponível em <<https://doaj.org/article/0f8c2fac7d074e6eab17c9ed08d00ba9>>. Acesso em 02 set. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 19 set. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>. Acesso em 19 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> Acesso em 20 nov., 2020.
- CASTRO JÚNIOR, G. Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito Surdo. In ALMEIDA, W. G., org. **Educação de surdos: formação, estratégia e prática docente**, Versão online. Ilhéus, BA: Editus, 2015, p. 11-14. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457-02.pdf>. Acesso em 25 out 2020.
- COSTA, O. S.; LACERDA, C. B. F. de. A implementação da disciplina de Libras no contexto dos cursos de licenciatura. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 5, p. 759-772, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v10i5.7923. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7923>. Acesso em: 7 nov. 2020.
- DOMANOVSKI, M.; VASSÃO, A.M. A Importância da Libras para inclusão escolar do surdo. In PARANÁ, Secretaria de Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: artigos**, 2016. Versão online. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_unicentro_marilenedomanovski.pdf. Acesso em 24 out. 2020.
- GIROTO, C.R.M., MARTINS, S.E.S.O.; LIMA, J.M.R. Inserção da disciplina Libras no ensino superior. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. 1, 2016, p. 662-665. doi: 10.1111/1471-3802.12327 Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/action/showCitFormats?doi=10.1111%2F1471-3802.12327>. Acesso em 15 out. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.
Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa na modalidade a Distância. Projeto Pedagógico do Curso. João Pessoa, 2017. Disponível em https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/43/documentos/Projeto_Pedagogico_do_Curso_de_Licenciatura_em_Letras_2017.pdf. Acesso em 10 nov. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.
Regimento Geral do IFPB. Conselho Superior do IFPB. João Pessoa: Editora IFPB, 2018. Disponível em <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/131>. Acesso em 15 out. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.
Projeto pedagógico do curso de licenciatura em computação e informática. João Pessoa, 2019. Disponível em https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/144/documentos/PPC_-_Atualizado_2019_11_03_2019.pdf. Acesso em 09 dez. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA.
 Portal do Estudante. **Cursos do IFPB.** João Pessoa, 15 de outubro de 2020. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/cursos/>. Acesso em 15 out. 2020.

KARNOPP, L. Aquisição da Linguagem de Sinais: uma entrevista com Lodenir Karnopp. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL.** Vol. 3, n. 5, agosto de 2005. ISSN 1678- 8931. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_5_entrevista_lodenir_karnopp.pdf. Acesso em 16 out. 2020.

KLEIN, M.; SANTOS, A. dos. Disciplina de Libras: o que as pesquisas acadêmicas dizem sobre a sua inserção no ensino superior? **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 3, p. 9-29, dez. 2015. ISSN 1982-9949. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/6147>. Acesso em: 15 out. 2020.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 26, n. 69, p. 163-184, Aug. 2006 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 nov. 2020.
<https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000200004>.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LODI, A. C.; ROSA, A. L. M.; ALMEIDA, E. B. de. Apropriação da Libras e o constituir-se surdo: a relação professor surdo-alunos surdos em um contexto educacional bilíngue. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/0cfd4d051631c1ba66ec76d39d537ac8.pdf>. Acesso em 16 out. 2020.

OLIVEIRA, Q.; FIGUEIREDO, F. Educação dos surdos no Brasil: um percurso histórico e novas perspectivas. **Revista Sinalizar.** Goiânia, v. 2, n.2, p. 173- 196, jul.- dez., 2017. ISSN: 2448-0797. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323388659_Educacao_dos_surdos_no_Brasil_um_percurso_historico_e_novas_perspectivas. Acesso em 25 out. 2020.

PAIVA, V. L. M. O. A LDB e a legislação vigente sobre o ensino e a formação de professor de língua inglesa. In: STEVENS, C.M.T e CUNHA, M.J. **Caminhos e Colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil**. Brasília: UnB, 2003. p.53- 84. Disponível em <http://www.veramenezes.com/ensino.htm>. Acesso em 19 dez. 2020.

PERLIN, G.; STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, Edição Especial n. 2, 2014, p. 17-31. DOI: 10.1590/0104-4060.37011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/03.pdf>. Acesso em 25 out 2020.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira**. Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed; 2004.

SAMPAIO, C.T.; SAMPAIO, S.M.R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0915-5. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/3hs/pdf/sampaio-9788523209155.pdf>. Acesso em 20 out 2020.

SANTANA, A.P. A Inclusão do surdo no ensino superior no Brasil. **Journal of Research in Special Educational Needs** v. 16, n. 1, 2016, p. 85–88. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12128>. Acesso em 22 out 2020.

SKLIAR, C. (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

STROBEL, K. **História da educação de surdos**. UFSC. Licenciatura em Letras-Libras na Modalidade a distância Florianópolis 2009. Disponível em: <https://goo.gl/v2Hu7E>. Acesso em 26 out 2020.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jontiem - Tailândia, 1990. Disponível em: <http://forumeja.org.br/pi/sites/forumeja.org.br/pi/files/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf>. Acesso em 27 out. 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial**. Salamanca - Espanha, 1994. Disponível em: <http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/salamanca.pdf>. Acesso em 27 out. 2020.

ANEXO A - Plano Curricular da Libras - CSL em Letras

IDENTIFICAÇÃO

CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

CÓDIGO DA DISCIPLINA: LIC. 0093

PRÉ-REQUISITO: NÃO HÁ

UNIDADE CURRICULAR: Obrigatória [X] Optativa [] Eletiva []

CARGA HORÁRIA

Teórica: 60h

Prática: 0h

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

EMENTA

Conceitos básicos no estudo da Língua de Sinais, para a comunicação no cotidiano com o surdo. Recepção e emissão da Língua de Sinais.

OBJETIVOS

Geral:

Compreender o processo histórico da Língua Brasileira de Sinais, sua estrutura e principais repercussões no campo linguístico, na cultura surda e educação das Pessoas Surdas.

Específicos:

- Discutir a mudança conceitual sobre as Pessoas Surdas ao longo da história;
- Analisar o status atribuído à língua de sinais nas filosofias educacionais para surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo;
- Reconhecer aspectos da Identidade e Cultura Surda;
- Discriminar os aspectos fonológicos e morfossintáticos da Libras.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História da Língua Brasileira de Sinais.

1.1. Contexto histórico das línguas de sinais;

1.2. Relação entre o conceito de língua de sinais e os eventos históricos;

1.3. Evolução das línguas de sinais.

2. Legislação e surdez

2.1. Legislação sobre os direitos das pessoas surdas;

2.2. Diferentes conceitos usados na área da surdez.

3. Línguas de sinais: concepções inadequadas e o status de língua.

3.1. Características das línguas de sinais;

3.2. Mitos relacionados às línguas de sinais;

3.3. Diferenças entre Libras e Língua Portuguesa.

4. Datilologia e saudações

4.1 Configurações de mão utilizadas na datilologia;

4.2 Diferença entre datilologia e sinais soletrados;

4.3 Saudações em Libras em contexto formal e informal.

5. Numerais e calendário

- 5.1 Situações de sinalização dos numerais cardinais e ordinais;
- 5.2 Sinais dos dias da semana e meses do ano.

6. Pronomes pessoais, interrogativos e demonstrativos e advérbios de lugar.

- 6.1 Pronomes pessoais, demonstrativos e interrogativos;
- 6.2 Advérbios de lugar.

7. Aspectos culturais e sociais da Comunidade Surda.

- 7.1 Aspectos da Cultura e da Comunidade Surda;
- 7.2 Artefatos culturais do povo surdo: experiência visual, linguístico e literatura surda.

8. Parâmetros fonológicos da Libras.

- 8.1 Configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação e marcadores não manuais.
- 8.2 Parâmetros fonológicos da Libras e traços distintivos da Língua de Sinais.

9. Espacialidade em Libras.

- 9.1 Mecanismos de sintaxe espacial da Libras;
- 9.2 Aspectos sintáticos da Libras.

10. Vocabulário relacionado ao contexto escolar.

- 10.1 Sinais relacionados ao contexto escolar.

11. Verbos em Língua Brasileira de Sinais.

- 11.1 Classificações dos verbos em Libras;
- 11.2 Mecanismos espaciais para a flexão verbal em Libras;
- 11.3 Tempo verbal.

12. Aspectos morfológicos da Língua Brasileira de Sinais.

- 12.1 Aspectos morfológicos da Libras;
- 12.2 Flexão em gênero e número;
- 12.3 Processos de derivação em Libras.

13. Adjetivos em Libras.

- 13.1 Flexão em grau dos adjetivos;
- 13.2 Graus comparativos: superioridade, inferioridade e igualdade.

METODOLOGIA DE ENSINO

A apresentação do conteúdo dar-se-á mediante aulas teóricas e práticas, apoiadas em recursos audiovisuais e computacionais.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Quadro
- Projetor
- Vídeos/DVDs
- Periódicos/Livros/Revistas/Links
- Equipamento de Som
- Laboratório
- Softwares: moodle
- Outros:.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação é contínuo e cumulativo, mediante participação em atividades no ambiente virtual de aprendizagem e presencial, propostas durante a execução do componente curricular.

Todas as atividades serão avaliadas, embora nem sempre pontuadas, tendo em vista a importância da avaliação contínua para o processo de ensino e aprendizagem. A composição da avaliação será realizada da seguinte forma: a avaliação do componente curricular totaliza 300 pontos, divididos em três categorias, sendo 100 pontos para as Atividades Colaborativas (no AVA), 100 pontos para as Atividades Individuais (no AVA) e 100 pontos para Atividades Presenciais. Estas categorias têm pesos diferenciados: Categoria I – Atividades Individuais - 100 pontos (peso 2): serão realizadas 2 atividades semestrais. Categoria II – Atividades Colaborativas - 100 pontos (peso 2): serão realizadas 3 atividades semestrais. Categoria III – Atividades Presenciais - 100 pontos (peso 6): será realizada 1 atividade semestral.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica

ARAUJO, Joelma Remígio de ; NOBREGA, Ana Maria Zulema P. C. da; ALBUQUERQUE, Katia Micahela Conserva. **Língua brasileira de sinais**. João Pessoa: IFPB, 2015, mimeo.

LOPES, M.C. **Surdez e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos** (aquisição da linguagem). Porto Alegre: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar

DORZIAT, Ana (Org.). **Estudos surdos**: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.

QUADROS, Ronice Muller. **Estudos surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

_____. **Estudos surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

_____. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VALENTINI, Carla Beatris; BISOL, Cândia Alquati. **Inclusão no ensino superior**: especificidades da prática docente com estudantes surdos. Caxias do Sul, RS: EducS, 2012.

QUADROS, Ronice Muller. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

ANEXO B - Plano Curricular da Libras - CSL em Computação e Informática

IDENTIFICAÇÃO

CURSO: LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DISCIPLINA: LIBRAS

PRÉ-REQUISITO: NÃO HÁ

UNIDADE CURRICULAR: OBRIGATÓRIA [X] OPTATIVA [] ELETIVA [] CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 40 h

PRÁTICA: 20 h

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 h

EMENTA

Conceitos básicos no estudo da Língua de Sinais, para a comunicação no cotidiano com o surdo. Recepção e emissão da Língua de Sinais.

OBJETIVOS

Geral:

Compreender o processo histórico da Língua Brasileira de Sinais, sua estrutura e principais repercussões no campo linguístico, na cultura surda e educação das Pessoas Surdas.

Específicos:

- Discutir a mudança conceitual sobre as Pessoas Surdas ao longo da história;
- Analisar o status atribuído à língua de sinais nas filosofias educacionais para surdos: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo;
- Reconhecer aspectos da Identidade e Cultura Surda;
- Discriminar os aspectos fonológicos e morfossintáticos da Libras.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História da Língua Brasileira de Sinais.

1.1. Contexto histórico das línguas de sinais;

1.2. Relação entre o conceito de língua de sinais e os eventos históricos;

1.3. Evolução das línguas de sinais.

2. Legislação e surdez

2.1. Legislação sobre os direitos das pessoas surdas;

2.2. Diferentes conceitos usados na área da surdez.

3. Línguas de sinais: concepções inadequadas e o status de língua.

3.1. Características das línguas de sinais;

3.2. Mitos relacionados às línguas de sinais;

3.3. Diferenças entre Libras e Língua Portuguesa.

4. Datilologia e saudações

4.1 Configurações de mão utilizadas na datilologia;

4.2 Diferença entre datilologia e sinais soletrados;

4.3 Saudações em Libras em contexto formal e informal.

5. Numerais e calendário

5.1 Situações de sinalização dos numerais cardinais e ordinais;

5.2 Sinais dos dias da semana e meses do ano;

6. Pronomes pessoais, interrogativos e demonstrativos e advérbios de lugar.

6.1 Pronomes pessoais, demonstrativos e interrogativos;

6.2 Advérbios de lugar.

7. Aspectos culturais e sociais da Comunidade Surda.

7.1 Aspectos da Cultura e da Comunidade Surda;

7.2 Artefatos culturais do povo surdo: experiência visual, linguístico e literatura surda.

8. Parâmetros fonológicos da Libras.

8.1 Configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação e marcadores não manuais.

8.2 Parâmetros fonológicos da Libras e traços distintivos da língua de sinais.

9. Espacialidade em Libras.

9.1 Mecanismos de sintaxe espacial da Libras;

9.2 Aspectos sintáticos da Libras.

10. Vocabulário relacionado ao contexto escolar.

10.1 Sinais relacionados ao contexto escolar.

11. Verbos em Língua Brasileira de Sinais.

11.1 Classificações dos verbos em Libras;

11.2 Mecanismos espaciais para a flexão verbal em Libras;

11.3 Tempo verbal.

12. Aspectos morfológicos da Língua Brasileira de Sinais.

12.1 Aspectos morfológicos da Libras;

12.2 Flexão em gênero e número;

12.3 Processos de derivação em Libras.

13. Adjetivos em Libras.

13.1 Flexão em grau dos adjetivos;

13.2 Graus comparativos: superioridade, inferioridade e igualdade.

METODOLOGIA DE ENSINO

Seguindo a metodologia de ensino a distância, os conteúdos serão trabalhados por meio de: ferramentas de interação online, tais como fórum, wiki, chat e e-mail; orientações através de videoconferências, web conferências e videoaulas; materiais didáticos produzidos em linguagem dialógica. Utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem na plataforma moodle.

- Exposição e discussão do conteúdo programático nos fóruns temáticos, esclarecendo dúvidas por meio da interação entre professores, alunos e tutores.
- As aulas serão ministradas através de atividades teóricas no ambiente online com a utilização das novas tecnologias da comunicação.
- Atividades de leitura e estudo utilizando a Internet e outros veículos de comunicação, tais como televisão e ou rádio.

RECURSOS DIDÁTICOS

[]Quadro

[]Projector

[X]Vídeos/DVDs

[X]Periódicos/Livros/Revistas/Links

[]Equipamento de som

[X]Laboratório
[X]Softwares
[X]Outros: computadores; plataforma moodle.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e formativa, por meio de atividades presenciais e online.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

ARAUJO, Joelma Remígio de ; NOBREGA, Ana Maria Zulema P. C. da; ALBUQUERQUE, Katia Micahele Conserva. **Língua Brasileira de Sinais**. João Pessoa: IFPB, 2015, mimeo.

LOPES, M.C. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de Surdos** (aquisição da linguagem). Porto Alegre: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar:

DORZIAT, Ana (Org.). **Estudos surdos**: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.

QUADROS, Ronice Muller. **Estudos surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice Muller. **Estudos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

QUADROS, Ronice Muller. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VALENTINI, Carla Beatris; BISOL, Cândia Alquati. **Inclusão no ensino superior**: especificidades da prática docente com estudantes surdos. Caxias do Sul, RS: Educus, 2012.

ANEXO C - Plano Curricular da Libras II - CSL em Computação e Informática

IDENTIFICAÇÃO

CURSO: LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DISCIPLINA: LIBRAS II

PRÉ-REQUISITO: NÃO HÁ

UNIDADE CURRICULAR: OBRIGATÓRIA [] OPTATIVA [X] ELETIVA []

CARGA HORÁRIA

TEÓRICA: 40 h

PRÁTICA: 20 h

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 h

EMENTA

Descrições complexas de contextos concretos e abstratos. Definição conceitual de termos. Argumentação: gerenciamento de razão e emoção. Soletração manual fluente. Narrativas como forma de argumentação. Exploração coesa e coerente do corpo e do espaço em textos argumentativos. Exploração de tópicos avançados no discurso. Exploração criativa de classificadores. Estratégias argumentativas. Prática como componente curricular.

OBJETIVOS

Geral:

Permitir conversações mais rebuscadas através da linguagem dos sinais.

Específico:

Permitir a prática da linguagem dos sinais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Descrições complexas de contextos concretos e abstratos.
- Definição conceitual de termos.
- Argumentação: gerenciamento de razão e emoção. Soletração manual fluente.
- Narrativas como forma de argumentação.
- Exploração coesa e coerente do corpo e do espaço em textos argumentativos.
- Exploração de tópicos avançados no discurso.
- Exploração criativa de classificadores.
- Estratégias argumentativas. Prática como componente curricular.

METODOLOGIA DE ENSINO

Seguindo a metodologia de ensino a distância, os conteúdos serão trabalhados por meio de: ferramentas de interação online, tais como fórum, wiki, chat e e-mail; orientações através de videoconferências, web conferências e videoaulas; materiais didáticos produzidos em linguagem dialógica. Utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem na plataforma moodle.

- Exposição e discussão do conteúdo programático nos fóruns temáticos, esclarecendo dúvidas por meio da interação entre professores, alunos e tutores.
- As aulas serão ministradas através de atividades teóricas no ambiente online com a utilização das novas tecnologias da comunicação.
- Atividades de leitura e estudo utilizando a Internet e outros veículos de comunicação, tais como televisão e ou rádio.

RECURSOS DIDÁTICOS

Quadro[] Projetor[X] Vídeos/DVDs[X] Periódicos/Livros/Revistas/Links[] Equipamento de som[X] Laboratório[X] Softwares[X] Outros: computadores; plataforma moodle.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e formativa, por meio de atividades presenciais e online.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. **Curso de libras**. Nível III. (no prelo)

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

RODRIGUES, N. Organização neural da linguagem. Em Língua de sinais e educação do surdo. Eds. MOURA, M. C.; LODI, A. C.; PEREIRA, M. C. **Sociedade Brasileira de Neuropsicologia**. SBNp. São Paulo. 1993.

Bibliografia Complementar:

FELIPE, T. **Libras em Contexto** (exemplar do aluno), MEC.2001.

PIMENTA, N. & QUADROS, R. M. de. **Curso de Libras**. Nível II. 2009.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: EDUA, 2002. 388p. ISBN 8574011118

SILVA, N. M. A.; ZOBOLI, F. **Educação e ética**: historicidade, práxis e processos formativos. Blumenau: EDIFURB, 2006. 187p. ISBN 8571141207

SILVEIRA, C. H. O Currículo de Língua de Sinais e os professores surdos: poder, identidade e cultura surda. In: QUADROS, Ronice; PERLIN, Gládis (Orgs.). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Editora Arara, 2007.